

Atacar causas para evitar efeitos

Por Rogério Fernandes Ferreira

Para evitar efeitos indesejáveis, o melhor é atacar as suas causas. Partindo deste pressuposto, é aqui analisada a questão do consumo. Para o autor, consome-se demais em comparação com o produzido e ganha-se também em excesso em relação com o que se produz ou com padrões de outros países. Por isso, muitos portugueses estão apreensivos.



Rogério Fernandes Ferreira
Advogado
Economista
Professor catedrático

A visibilidade do excesso de consumismo nacional tem conduzido os economistas e os cidadãos comuns a debater consequências. Só que importará ir às causas, ponderar as razões de excessos e de insuficiências. Excesso e insuficiência são qualificativos que resultam de confrontos. Consume-se demais em comparação com o produzido. Ganha-se também em excesso em relação com o que se produz

ou com padrões de outros países.

Ganhar em excesso conduz a consumo em excesso. Porém, entre nós, o ganhar pouco nem sempre impede gastos excessivos porque a publicidade em excesso e o mimetismo induzem ao consumo e tem sido concedido crédito desmedido, algo irreflectidamente.

O consumo excessivo conduz a mais produções, mas tal não tem sucedido pois o que se consome é, em parte, por vezes grande parte, produção no exterior.

Assim, a consequência de não se produzir traz consumo de bens importados, défices na balança de transacções. Não produzir revela-se paradoxal também, dado haver bastante gente no desemprego, gente afastada do trabalho, descontente, e também gente que envereda por práticas criminosas, roubos, incêndios, vandalismos.

No confronto com profissionais de outros países de maior riqueza e produção verifica-se que entre nós se paga proporcionalmente mais a quem desempenha cargos elevados, inclusive em instituições públicas e em assessorias, sentindo-se que valor acrescentado útil, por aí, pouco ocorre.

Um exemplo que conhecemos e que se deve comentar é o do trabalho legislativo: constantemente alteram-se leis. Trata-se, por vezes, de al-

terações pouco ou nada necessárias, ocorrendo assim trabalho e produção menos útil. Inútil o trabalho de fazer e inúteis os trabalhos seguintes para conseguir mudar de novo as leis ou então tornear os seus propósitos. Igualmente inútil mas evitável nas causas, é o que depois se gasta com litígios que se revelam indefinidamente prolongados nos tribunais.

Outras análises possíveis são as das frequentes práticas de crimes. Actuar no crime é não produzir, é destruir ou subtrair a outros. Isso obriga, obviamente, a acréscimos de equipamentos quer para atacar quer para defender os atacados. E obriga a maior número de polícias, vigilantes, juízes, etc., ou seja, por aí também mais ónus e encargos para a comunidade que assim suporta os efeitos intoleráveis de tantos excessos.

É grande o número de drogados que vitimam os outros e outros os tratam ou os prendem; há muitos incendiários e assim temos muitos bombeiros, produtores dos equipamentos e materiais de combate aos fogos, etc.

Muitos pensam, e as estatísticas acusam, que assim cresce a produção nacional, mas como também cresce correspondentemente a despesa nacional temos soma nula, maior esforço mas também mais dispêndio, nada acrescentando e nada se poupando.

As produções (úteis) da agricultura, da pesca, da extracção mineira, de actividades industriais de transformação, de transportes marítimos, etc., foram desaparecendo no nosso País. Que produções nos restam?

Existe um sentimento muito comum de apreensão em relação a investimentos de maior vulto, em substituição de outros em funcionamento. Obviamente, vai gerar-se mais endividamento na economia nacional já tão fragilizada e depauperada. Sofrer-se-ão também os custos e as perdas



derivadas das substituições dos equipamentos e materiais que fiquem sem préstimo (para além dos gastos com as novas aquisições e construções e com gastos de posteriores rectificações, falhas e imprevistos). Mais: passará a gastar-se também com a manutenção e a conservação das novas e dispendiosas estruturas que se criarem e, naturalmente, ganhar-se-á menos ou deixar-se-á de ganhar no tocante às actividades que anteriormente se exerciam com as estruturas e explorações existentes. Se estas continuarem a funcionar ficarão com seus coeficientes de utilização reduzidos e com menores volumes de negócios, logo, piores resultados e mais custos por unidade de serviço prestado.

Proclamam-se programas de investimento geradores de mais actividades. Porém, muitas das infra-estruturas previstas serão realizadas por empresas estrangeiras que serão pagas pelo que fornecem e pelos seus ganhos – *know how*, tecnologias, equipamentos, materiais. Infelizmente, já não temos siderurgia para a produção do ferro para as ferrovias, como não temos já “sorefames” para fazer as carruagens dos futuros TGV, etc. Há portugueses desempregados em grande número, mas ao que parece muitos não querem

perder as subsidiasções que lhes são dadas não trabalhando. E os trabalhadores emigrantes exportarão obviamente parte de seus proventos para países de origem. Por outro lado, e sem preocupações de menosprezar sérios contributos, há que observar que essa imigração também é fonte de problemas novos que não são fáceis de resolver e se vão agravando.

Tudo isto apela para que apareçam estudos esclarecedores. Até agora depara-se quase que apenas com dúvidas e desconfianças. E muitos continuam a agir sob motivações partidárias ou interesseiras. Houve erros anteriores, investimentos vultosos, desnecessários, desastrosos. Muitos cidadãos responsáveis estão receosos ⁽¹⁾ com mais custos e mais endividamentos sem retornos compensadores (ninguém esquece os estádios de futebol ...).

As opções por investimentos inconvenientes ou desregrados têm sido frequentes – além dos estádios temos, geralmente, habitações e outros edifícios desocupados, fábricas encerradas, instalações e equipamentos nada ou pouco aproveitados, vias férreas e comboios pouco utilizados, etc. etc. Criar mais estruturas para pouca utilização e geradoras de grandes custos e perdas e retirando ainda níveis de utilização ao já existente será fortemente negativo – não trará riqueza, agravará o endividamento e a pobreza...

Uma questão grave é a de os grandes investimentos realizados no País virem a ocasionar gastos muito acima do orçamentado. Essas chamadas derrapagens ou descontrolos acabam suportados pelo Estado, ou seja, por todos nós e com injusto benefício para poucos (diz-se que são sempre os mesmos...).

Justifica-se assim que muitos portugueses estejam apreensivos. Há que prestar suficientes e prévios esclarecimentos através de técnicos habilitados e idóneos, pois se as explicações advêm de personalidades da política muitos já não acreditam. Termina-se como se começou: evitar causas é meio de evitar efeitos indesejáveis. ■

(Texto recebido pela CTOC em Dezembro de 2007)

⁽¹⁾ Estamos apreensivos? Que fazer? Apenas continuarmos apreensivos? Agir? Como? Começa a ser tempo de se concluir que nós, portugueses, temos de fazer algo por Portugal e não esperar que Portugal (Estado, Governo, deputados, autarcas, políticos ...) faça por nós. É necessário mudar, deixar de eleger oportunistas, medíocres, desonestos, mesmo que sejam dos nossos partidos. Os interesses de Portugal têm de estar acima de interesses mesquinhos, pessoais...